



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UM SISTEMA DE AGRICULTURA FAMILIAR

Solidarity Economy and Local Sustainable Development: A Case Study in a Family Farming System

RESUMO

Com o intuito de explorar as relações existentes entre os sistemas de agricultura familiar e os empreendimentos de economia solidária, principalmente no âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar a dinâmica das dimensões características de um empreendimento de economia solidária em um sistema de agricultura familiar, sendo eles: autogestão; democracia direta; participação efetiva; ações de cunho educativo; cooperação no trabalho; e distribuição igualitária dos resultados e benefícios. Quanto à metodologia da pesquisa, optou-se pela realização de um estudo de caso qualitativo na Associação de Aquicultores e Pescadores Artesanais de Guassussê, localizada no interior do estado do Ceará. Desse modo, foi possível perceber não apenas a presença das dimensões analisadas, mas também as suas relações e efeitos. Por fim, ressalta-se que a Associação em questão se configura em um empreendimento digno de reconhecimento, tendo encontrado soluções objetivas e criativas para problemas que assolam o nordeste cearense, de maneira autogestionária, autônoma e pioneira.

Adriana Silva Oliveira Arruda
Universidade de Fortaleza UNIFOR
adrianaoarruda@gmail.com

Fátima Regina Ney Matos
Universidade de Fortaleza UNIFOR
fneymatos@unifor.br

Diego de Queiroz Machado
Universidade de Fortaleza UNIFOR
diegoqueiroz@yahoo.com.br

Christian Darlio Brito Arruda
Universidade de Fortaleza UNIFOR
christiandarlio@gmail.com

Recebido em 18/07/2013. Aprovado em 23/04/2015.
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Avaliador científico: Sabrina Silva

ABSTRACT

The purpose of this study was to analyze the dynamic of dimensions that characterize an undertaking of solidarity economy in a family farming system, especially in the ambit of principles of sustainable development, namely, self-management, direct democracy, effective participation, educational actions, cooperation at work, and equalitarian distribution of results and benefits. A qualitative case study was performed at the Association of Aquaculture and Artisanal Fishermen of Guassussê in the countryside of the State of Ceará, Brazil. According to results, it was possible to reveal the existence of the analyzed dimensions, as well as their relationships and effects. Therefore, we emphasize that this association configures as a reliable undertaking which has found objective and creative solutions for issues which affect the northeast of the State of Ceará in a self-managed, autonomous and pioneer way.

Palavras-chave: Economia solidária; Desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento local; Agricultura familiar; Estudo de caso.

Keywords: Solidarity economy; Sustainable development; Local development; Family farming; Case study.

1 INTRODUÇÃO

O setor econômico primário, formado também pela agricultura, é o maior reservatório de emprego e autoemprego, principalmente nos países com vastas reservas de terras cultiváveis (ROMEIRO, 1998). De acordo com Guanziroli et al. (2001), os países que apresentam os melhores indicadores de desenvolvimento humano têm um traço comum: a forte presença da agricultura familiar. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário

(BRASIL, 2000), a agricultura familiar, constituída por pequenos e médios produtores, representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% encontram-se na região Nordeste do país. O segmento detém 20% das terras produtivas e responde por 30% da produção nacional. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro, como o feijão, o arroz, o milho, as hortaliças, a mandioca e pequenos animais, chegam a ser responsáveis por 60% da produção (KUSTER; MARTÍ; FICKERT, 2004).

De acordo com Kuster, Martí e Fickert (2004), no Nordeste está mais da metade do universo de agricultores brasileiros, respondendo por 20% da produção familiar do país e sofrendo problemas de infraestrutura, de assistência técnica, da convivência com o semiárido e uma parcela muito grande desses agricultores familiares é a que menos dispõe de recursos produtivos. Na agricultura familiar, observa-se uma pirâmide em que quase 50% do segmento estão abaixo da linha de pobreza ou em uma trajetória mais próxima da pobreza do que da capitalização. No estado do Ceará, a área inserida no polígono das secas é de 90% do território, não há rios perenes e o índice de probabilidade de secas está na faixa de 80 a 100% (MAGALHÃES; REBOUÇAS, 1987). Como alternativa viável de aproveitamento da água de seus açudes, foram criadas condições para o desenvolvimento da piscicultura pelos agricultores, visando desenvolver uma base produtiva e organizacional que impulse o desenvolvimento territorial e solidário (BRASIL, 2011).

Dessa forma, ao se pensar em políticas de apoio à agricultura familiar, deve-se levar em conta a integração e otimização das políticas existentes, dentre elas: as que fortaleçam a organização e gestão colegiada; as que deem suporte à assessoria técnica; as que facilitem acesso a crédito. Assim, as questões relacionadas com a comercialização dos produtos e serviços advindos da agricultura familiar e economia solidária detêm grande importância em toda e qualquer proposta que vise ao desenvolvimento produtivo rural sustentável (KUSTER; MARTÍ; FICKERT, 2004).

Com o intuito de explorar as relações existentes entre os sistemas de agricultura familiar e os empreendimentos de economia solidária, principalmente no âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar a dinâmica das dimensões características de um empreendimento de economia solidária em um sistema de agricultura familiar. Para tanto, foi escolhido como alicerce conceitual deste estudo o trabalho de Oliveira (2004), que define seis dimensões para conceituar um empreendimento de economia solidária: autogestão; democracia direta; participação efetiva; ações de cunho educativo; cooperação no trabalho; e distribuição igualitária dos resultados e benefícios. Quanto ao campo empírico da pesquisa, optou-se pela sua realização na Associação de Aquicultores e Pescadores Artesanais de Guassussê, localizada no interior do estado do Ceará.

Desse modo, ressalta-se que esta pesquisa vem a contribuir para o conhecimento de agricultores e

agricultoras da associação, bem como apoiar em seu melhor funcionamento e apontar elementos para o melhor desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, remete-se ao fortalecimento de políticas públicas de desenvolvimento produtivo rural, com foco na agricultura familiar e aquicultura, com base na identificação, por meio da análise de um caso de empreendimento econômico solidário, que pode servir de exemplo para empreitadas semelhantes tanto em nível municipal como estadual.

2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As atuais discussões em torno do modelo de desenvolvimento econômico estão contemplando áreas de estudos no campo da economia, da geografia, da sociologia e da ecologia, deixando de focar exclusivamente os aspectos econômicos. Bandeira (2000), Benko e Pecqueur (2001), Boiser (2000), Galvão e Cocco (1999), Llorens (2001) e Vázquez-Barqueiro (2002) ressaltam a dimensão local como um meio de integração da atividade econômica, social, política e cultural que, agregadas, tornam-se condicionantes para se alcançar o desenvolvimento. Esses autores admitem que, para uma avaliação ideal de desenvolvimento, o progresso deve ser medido pelos avanços humanos e ambientais, e não somente por meio dos indicadores intermediários, tal como o Produto Interno Bruto (PIB).

Dessa forma, a ideia central de desenvolvimento deve envolver uma rede de conceitos “associados à evolução, inclusão, participação, solidariedade, produção e competitividade que se reforçam mutuamente ou se opõem frontalmente aos movimentos de concentração, competição, exclusão, pobreza, desequilíbrio, entre outros” (CUNHA; CUNHA, 2005, p. 104). Assim, as tendências do debate contemporâneo apontam para uma definição de modelo de desenvolvimento que passa a ser estruturado baseando-se em atores locais (VEIGA, 2006). O crescimento econômico, apesar de condição necessária, não é suficiente para reduzir a pobreza e a desigualdade social, sendo fundamentais a qualidade e estrutura do crescimento, pelos impactos que causam sobre o nível de emprego, meio ambiente, qualidade de vida e distribuição da renda (KLIKSBERG, 1997).

Milani (2005) afirma que o desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais vistas sob óticas intersetoriais e transescalar que participam de um projeto de transformação consciente da realidade

local. Segundo o autor, neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global).

Para Fischer (2002), o desenvolvimento local remete à combinação entre estabilidade e transformação, inovação e permanência, competição e solidariedade, sentidos esses, contraditórios, que são manejados simultaneamente por interesses coletivos representados por gestores de processos em diversas escalas. Partindo-se da premissa da valorização dos atores locais, a complexidade na definição do termo desenvolvimento é ampliada quando se insere no contexto local o desenvolvimento sustentável com o intuito de acrescentar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD, 1991). O conceito de desenvolvimento, de acordo com Foladori (2005), é interdisciplinar e já nasceu incorporando à sustentabilidade ambiental uma sustentabilidade econômica e social. A sustentabilidade é a expressão de uma sociedade mais justa e pressupõe o equilíbrio entre saúde, ambiente e desenvolvimento, dentro de um processo democrático, com ampla participação social e de exercício de cidadania (DUVAL, 1998).

De acordo com a Comissão Brundtland, como conceito, “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Porém, para Buarque (2004), Souza (1999) e Willers, Lima e Staduto (2008), os postulados de sustentabilidade devem estar presentes em todos os esforços recentes de desenvolvimento. “O conceito de desenvolvimento sustentável surge como um termo que expressa os anseios coletivos, tais como a democracia e a liberdade, muitas vezes colocadas como utopia” (BARBOSA, 2008, p. 1).

O desenvolvimento sustentável deve proporcionar o empoderamento dos grupos e setores excluídos, fazendo com que todos se sintam participantes do poder. Cumpre com papel central o planejamento estratégico do território e a estruturação dos fóruns de monitoramento e acompanhamento do desenvolvimento, por meio dos quais a gestão social possa se processar. Dessa maneira, deve estimular uma visão estratégica, um raciocínio

sistêmico, um espírito empreendedor, uma capacidade de gerar parcerias, de orientar-se por resultados, de acompanhar e avaliar constante e participativamente o processo de desenvolvimento sustentável, dentro de fóruns onde se possa exercitar a gestão social. A vivência e reflexão desses processos poderão, gradativamente, incorporá-los às práticas cotidianas, num processo cumulativo de desenvolvimento social (DOWBOR; IANNI, EDGAR, 1999).

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E DIMENSÕES

De acordo com Lima (2010), a economia solidária foi proposta por operários nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas foram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

As práticas de economia solidária enfatizam a participação coletiva, cooperação, autogestão, democracia, autosustentação, a promoção do desenvolvimento humano e da equidade de gênero, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas, assegurando condições materiais satisfatórias para o exercício ético da liberdade (MANCE, 1999). A diretriz básica para tal é que os espaços a serem construídos deverão conter novas formas de organização da produção, dentro de uma lógica de inclusão, cujo princípio seja a autogestão e a cooperação no trabalho, mais distantes da órbita de dominação do capital.

Assim, pode-se afirmar que a economia solidária é um projeto de economia com base no trabalho e não no capital, como no capitalismo. Seria, então, uma nova forma de organização da economia que visa ao homem como prioridade, deixando a forma de exploração do ser humano como se este fosse um material como força de trabalho. Em seu estudo, Oliveira (2004) define seis dimensões para conceituar um empreendimento de economia solidária: autogestão; democracia direta; participação efetiva; ações de cunho educativo; cooperação no trabalho; e distribuição igualitária dos resultados e benefícios.

3.1 Autogestão

De acordo com Venosa (1987), autogestão significa uma revolução social integral e profunda, um processo

histórico de longa duração. Porém, a partir dos anos 60, a palavra autogestão cobre um conjunto de práticas, teorias e processos heterogêneos. Para Oliveira (2004), a autogestão também favorece o despertar para a cidadania, uma vez que as pessoas se transformam em sujeitos da situação em busca por soluções qualitativas. Motta (1981, p. 33) afirma ser a autogestão “um conjunto social de grupos autônomos associados tanto nas suas funções econômicas de produção quanto nas suas funções políticas”. Em complemento, Albuquerque (2003) define autogestão como uma gestão dos meios de produção e organização social em que todas as entidades de base (indivíduos, grupos, movimentos populares) têm direitos e participação.

Neste contexto, Souza (2003) retrata a autogestão sob a perspectiva da economia solidária, afirmando ser um processo educativo, transformador de mentalidades, que resgata outros ganhos, além do econômico em si, como autoestima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além da noção crescente de autonomia e dos direitos cidadãos. Portanto, é modelo que busca prover a todos sem explorar o trabalho de seus membros, necessitando, para tanto, da participação e do envolvimento de todos nas decisões necessárias ao empreendimento e dividindo os resultados desse trabalho de forma justa entre seus sócios (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO - ANTEAG, 2005).

3.2 Democracia Direta

Em relação à democracia direta, segunda dimensão proposta por Oliveira (2004), na Idade Clássica, o termo era utilizado para designar uma forma de governo, onde o poder político era exercido pelo povo (BOBBIO, 1992). Democracia direta se pratica em local onde os indivíduos podem falar por si mesmos em pequenos espaços coletivos locais. Este espaço fomenta laços afetivos entre seus integrantes e a construção de histórias individuais e grupais, possibilita a reflexão crítica das experiências coletivas, constituindo sujeitos sociais autônomos que se relacionam com outros sujeitos sociais, com autoridades instituídas e com outros segmentos da sociedade.

Nas comunidades humanas, parceria significa democracia e poder pessoal, pois cada membro da comunidade desempenha um papel importante. Combinando o princípio da parceria com a dinâmica da mudança e do desenvolvimento, pode-se utilizar o tempo da coevolução, de maneira metafórica, nas comunidades humanas. Portanto, à medida que uma parceria se processa,

cada parceiro passa a entender melhor as necessidades dos outros, pois, em uma parceria verdadeira, confiante, ambos os parceiros aprendem e mudam, eles coevoluem (CAPRA, 1997).

Contudo, Almond e Verba (1992) afirmam que a cultura política se refere às orientações especificamente políticas, às atitudes relativas ao sistema político, às suas diversas partes e ao papel dos cidadãos na vida pública. Neste sentido, a cultura política é uma peça valiosa para a legitimidade da democracia, uma vez que diz respeito a um conjunto de valores que são importantes para a manutenção da estabilidade democrática. O arranjo político-institucional garante o funcionamento da democracia, mas não é capaz de criar *per se* uma cultura política democrática.

3.3 Participação Efetiva

No que diz respeito à terceira dimensão proposta por Oliveira (2004), de acordo com Bobbio (1992), o conceito de participação efetiva representa um conjunto de regras ou procedimentos para a tomada de decisões coletivas, nas quais são criadas oportunidades para o envolvimento mais amplo possível dos interessados. O autor relata que a participação costuma ser entendida como uma alternativa para o alcance de vantagens competitivas, em contrapartida aos modos tradicionais de gestão. A participação efetiva tem papel fundamental na redução de custos, no melhor serviço prestado aos clientes, no aumento da criatividade e na redução do absenteísmo e rotatividade de pessoal.

McLagan (2000) afirma que uma organização participativa valoriza a delegação de poderes, as responsabilidades pessoais e o acesso aberto à informação, pois sua estrutura é definida para refletir e reforçar a transparência, tornar mais fácil o acesso entre níveis e funções, organizar o trabalho voltado para o cliente, encurtar as distâncias até os fornecedores e ajudar as pessoas a operarem em uma diversidade de equipes autogerenciáveis. Kliksberg (1999) destaca que as organizações que adotam práticas de trabalho com perfil democrático têm a capacidade de atrair pessoas mais qualificadas e capazes para atividades que agregam valor ao produto ou ao serviço. Já Zajac e Bruhn (1999) deixam claro que a participação mobiliza a inteligência da empresa, valoriza o potencial das pessoas e permite que expressem suas ideias e emoções e que desenvolvam relações pessoais e organizacionais. Portanto, a participação pode se transformar em um instrumento que reforça a habilidade política do dirigente

para influenciar pessoas e garantir um direcionamento favorável à organização.

3.4 Ações de Cunho Educativo

No que diz respeito à quarta dimensão proposta por Oliveira (2004), de acordo com Mizukami (1986), ações de cunho educativo estão intimamente ligadas à transmissão cultural. Porém, a educação deverá transmitir conhecimentos, assim como comportamentos éticos, práticas sociais, habilidades consideradas básicas para a manipulação e controle do mundo/ambiente. De acordo com Malerba (1992), na literatura econômica, o conceito de aprendizado, elaborado conforme o trabalho seminal de Arrow (1962), está associado a um processo cumulativo, por meio do qual as organizações ampliam seus estoques de conhecimento, aperfeiçoam seus procedimentos de busca e refinam suas habilidades em desenvolver ou manufaturar produtos.

O processo de aprendizado organizacional pode ser descrito a partir de algumas analogias com o processo de aprendizado individual. Crossan, Lane e White (1999) sugerem que o aprendizado organizacional pode ser correlacionado a quatro processos, os quais, por sua vez, estariam associados a três níveis distintos. Portanto, os dois primeiros processos relacionados, respectivamente, à intuição (*intuïting*) que induz o aprendizado e à interpretação (*interpreting*) de fenômenos a partir da qual o mesmo é iniciado, estariam associados basicamente ao plano individual. O terceiro processo relacionado à integração (*integrating*) de conhecimentos estaria associado à consolidação de grupos de agentes que interagem entre si. Por fim, o quarto processo de institucionalização (*institutionalizing*) do aprendizado estaria eminentemente relacionado ao plano organizacional, envolvendo assim a consolidação de rotinas e procedimentos de ação indutores do processo no interior das organizações.

De acordo com Malerba (1992), o intercâmbio de informações no interior da organização gera alguns ganhos importantes. Em primeiro lugar, ele possibilita a equalização dos patamares de eficiência técnica dos agentes integrados à organização, em virtude da compatibilização das diversas tecnologias utilizadas e de procedimentos gerais no tocante à formação de recursos humanos. Assim, outro aspecto relevante se refere à contribuição desse intercâmbio de informações para a definição de padrões de controle de qualidade e de normalização técnica que orientem o comportamento dos agentes integrados à organização, reduzindo a incerteza tecnológica gerada pela indefinição dos mesmos.

3.5 Cooperação no Trabalho

Em relação à quinta dimensão, proposta por Oliveira (2004), Montagu (1993) assevera que a cooperação no trabalho só pode ocorrer entre seres que se percebem e se aceitam presentes mutuamente, estabelecendo relação autêntica e genuína com a alteridade do outro. Assim, a cooperação no trabalho exige se voltar para o outro e para haver essa cooperação no trabalho é necessária a experiência da relação dialógica entre as pessoas na vida concreta e imediata dos homens.

De acordo com os estudos de Pinho (1966), a cooperação, no sentido de ação conjugada entre duas ou mais pessoas, em razão de um fim comum, é tão antiga quanto a própria vida humana. Em todos os tempos os homens têm se auxiliado mutuamente para remover um obstáculo ou se defender das intempéries. Segundo Rios (1989), a cooperação compreende algumas características. A primeira característica significa que estamos diante de uma associação de pessoas e não de capital. Isto é, a propriedade é atribuída aos associados, independentemente das contribuições financeiras individuais à constituição da sociedade. A segunda característica, gestão cooperativa, significa que o poder de decisão último é competência da assembleia dos associados. Finalmente, a terceira característica, a repartição cooperativa, indica que a distribuição das sobras financeiras, ao final de um ano de trabalho, deve ser feita de uma maneira diversa da que ocorre numa empresa capitalista.

3.6 Distribuição Igualitária dos Resultados e Benefícios

A distribuição igualitária dos resultados e benefícios, sexta e última dimensão proposta por Oliveira (2004), segundo Dworkin (2005), é a igualdade de recursos e bens que se apresenta a partir de dois princípios básicos que permeiam toda a sua teoria da justiça, são elas: escolha, definida como um princípio norteador fundamental, que tem o papel de esclarecer o que, de fato, deve ser distribuído na organização com a finalidade de refletir as escolhas das partes envolvidas; e responsabilidade, retratado como um fator que implica a responsabilidade individual que cada qual tem sobre o sucesso de sua própria vida.

Gawlak (2007) afirma que os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Portanto, pelo menos parte desse capital deve ser propriedade comum da cooperativa, onde os sócios, usualmente, recebem uma compensação limitada, se houver alguma, sobre o capital subscrito, como uma condição da sociedade. As prováveis sobras são

alocadas para os seguintes propósitos: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas (parte dessas podendo ser indivisíveis); benefícios aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas; e, apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Tendo como objetivo analisar a dinâmica das dimensões características de um empreendimento de economia solidária em um sistema de agricultura familiar, esta pesquisa se desenvolveu mediante análise das dimensões de economia solidária propostas por Oliveira (2004) na Associação de Aquicultores e Pescadores Artesanais do Distrito de Guassussê/CE. Assim, a abordagem metodológica foi o estudo de caso qualitativo, como definido por Merriam (1998).

Em pesquisas qualitativas, busca-se o “aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão, seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação” (MINAYO, 2007, p. 197). Como o intuito é o aprofundamento, não havendo necessidade de generalização dos resultados, a escolha dos sujeitos foi por intencionalidade e por acessibilidade, segundo os critérios de relevância focados no objetivo geral do estudo. Desta forma foram entrevistados, prioritariamente, os líderes da associação, seguidos por todo e qualquer integrante do grupo detentor de conhecimento da realidade local e inserido no contexto produtivo/comercial do empreendimento. A inserção dos sujeitos ocorreu inicialmente por acessibilidade e continuou com a estratégia “bola-de-neve”, na qual um sujeito apontava outros que possuíam conhecimentos que ajudassem na resposta ao problema de pesquisa (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Para a construção do *corpus* da pesquisa, foi observado o critério da exaustão ou saturação, que ocorre quando as informações obtidas nas entrevistas se esgotam e se tornam repetitivas (MINAYO, 2007). Assim, foram entrevistados 29 dos 71 associados e todos permitiram a gravação. Cada entrevista durou, em média, 20 minutos, sendo realizadas no mês de julho de 2012, no distrito de Guassussê, em diferentes locais, como à beira do açude, na Associação e no sindicato.

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados os três meios tradicionais indicados por Patton (2002): a entrevista, a observação sistemática e análise de documentos. Para a elaboração do protocolo de

entrevista foram observadas categorias teóricas, ou seja, as seis dimensões propostas por Oliveira (2004) para caracterizar um empreendimento de economia solidária. Os documentos analisados foram a Ata de Fundação, o Estatuto da Associação e a relação de todos os associados, com endereço e CPF. Foi utilizado, ainda, um diário de campo para registro e anotação de observações feitas no decorrer das entrevistas, nos caminhos percorridos e nas visitas realizadas aos empreendimentos.

Quanto ao tratamento dos dados, foi utilizado o *software* Atlas/ti (versão 6.0). Depois de ordenados os dados, foi observada a estratégia de análise sugerida por Silva (2005), ou seja, as respostas foram descritas, classificadas e conectadas. A descrição permitiu a compreensão sobre o contexto e a classificação possibilitou o agrupamento dos dados captados na narrativa de cada entrevista em temas recorrentes e alinhados às dimensões de empreendimentos de agricultura familiar e economia solidária, procurando-se regularidades, aproximações, padrões e significações.

Ainda neste processo de tratamento de dados, é importante destacar que este se deu não apenas tendo em vista a identificação das dimensões apresentadas, mas, principalmente, as relações entre essas dimensões, ou seja, a dinâmica de influência que cada uma dessas dimensões, bem como os elementos que as compõem, exerce sobre as demais.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

5.1 *Locus* da Pesquisa: Associação de Aquicultores e Piscicultores Artesanais de Guassussê

Guassussê é o maior distrito do município de Orós, situado acerca de 18 km da sede do município, localizado no Sertão Central do Ceará e distante 400 km de Fortaleza, capital do estado. Fruto da articulação de quatro grupos que têm como foco o desenvolvimento produtivo de Tilápia *Chitralada* ou Tailandesa, variação melhorada da Tilápia Nilótica (*Oreochromis niloticus*), criadas em taques rede, a Associação de Aquicultores e Piscicultores Artesanais de Guassussê nasceu, oficialmente, em 23 de março de 2010. De acordo com seu estatuto, seu objetivo principal consiste na promoção de ações que proporcionem melhores condições profissionais e socioeconômicas aos seus associados, por meio da implementação de projetos associativos e agropecuários, priorizando projetos de piscicultura, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região do açude Orós.

Contando com pequeno suporte técnico, advindo da unidade local do Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), de uma ONG denominada Instituto Empreender e do Sindicato de Trabalhadores Rurais, bem como com aporte financeiro advindo de empréstimo junto a instituições financeiras, os empreendedores associados em grupos se lançaram à sorte do desenvolvimento produtivo rural sustentável pautado na piscicultura em tanques rede.

Conforme dados do estatuto de fundação da Associação, sua estrutura organizacional é composta da seguinte maneira:

a) Assembleia Geral – Tida como maior instância deliberativa da organização produtiva, podendo ocorrer de maneira ordinária ou extraordinária, e versar sobre questões como: eleição e destituição de diretores e conselheiros; propostas e atuação institucional; discutir e aprovar questões financeiras apresentadas pelo conselho fiscal ou diretoria; propor e aprovar modificações estatutárias; dentre outras.

b) Diretoria – Instância administrativa da organização, composta por presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários e primeiro e segundo tesoureiros. A ela compete: representar a Associação; cumprir e fazer cumprir as determinações estatutárias; executar as determinações da Assembleia Geral; convocar e presidir reuniões; e autorizar despesas.

c) Conselho Fiscal – Composto por três membros e responsável por questões tais como: examinar livros contábeis e balanços; emitir pareceres financeiros; comunicar à diretoria possíveis erros e dificuldades identificadas; e convocar reuniões quando da existência de irregularidades detectadas.

d) Grupos Produtivos – Constituídos por quatro unidades organizacionais, tendo como elo organizativo um coordenador, responsável pelo bom andamento da divisão social do trabalho, deliberada via Assembleia Geral. Os grupos produtivos são responsáveis em última instância por questões relacionadas a: compra de insumos; alimentação dos peixes; despesca e evisceração; comercialização *in loco*; desenvolvimento da tecnologia de produção; e vigilância.

Ressalta-se, por fim, que a associação surgiu como forma de minimizar os impactos negativos inerentes ao processo produtivo, causados em parte pela falta de formação, capacitação, assessoria técnica, apoio comercial, mercadológico, gerencial e administrativo. Constitui-se, portanto, como uma forma de ajuntamento de esforços e conhecimentos no exercício da educação pelo trabalho.

5.2 Dimensões de Empreendimentos de Economia Solidária na Associação Estudada

5.2.1 Autogestão

De acordo com o mapeamento realizado, foram identificadas diversas atitudes coletivas que apresentam o exercício de autogestão desenvolvido pela Associação. Na criação da Associação se apresenta bastante latente a dimensão autogestão, a partir do momento em que os próprios integrantes do grupo são os detentores da ideia bem como os protagonistas do processo de legalização institucional, aspecto este destacado por Mance (1999), Motta (1981) e Oliveira (2004), e presente nos relatos dos entrevistados.

A ideia foi assim. Aí eu sei que a gente fundou esse grupo com vinte pessoas. Aí houve uma mortalidade de peixe muito grande, ficamos sem nada, isso foi em 2010. Aí, a gente, saiu umas pessoas, na hora do aperreio mesmo, aqueles que eram mais fracos saíram e a gente ficou com quinze pessoas. A ideia assim foi nossa mesmo (P39: Entrevista 10. doc – 39:2).

O funcionamento organizacional da associação e a presença de reuniões periódicas, também, sugerem indícios autogestionários executados coletivamente. Nestas reuniões são tomadas decisões relativas ao planejamento e gestão de questões organizacionais, produtivas e comerciais, bem como são desenvolvidos momentos avaliativos.

A gente se reúne uma vez por semana pra discutir isso, toda segunda feira tem reunião. (P49: Entrevista 20. doc – 49:21)

Rapaz pelo menos nessa parte pra gente saber o que é um associativismo é interessante, pelo menos a gente se reúne. (P38: Entrevista 9.doc – 38:16)

Na associação o pessoal tem uma noção melhor de companheirismo, pra poder ver o que é preciso e poder sentar e dizer olha tá acontecendo isso, de poder conhecer o que realmente é preciso e o que não é, o que tá errado. (P39: Entrevista 10. doc – 39:14).

Nas tomadas de decisão ocorridas coletivamente, aspecto ressaltado por Albuquerque (2003), também são identificados elementos que apontam a existência da autogestão. Estas se estendem a questões de cunho organizacional e produtivo, perpassando por questões comerciais, sejam estas de compra ou venda, complementadas pelo exercício da gestão financeira do empreendimento.

Através da associação, do trabalho da gente, nós procuramos uma coisa mais barata, hoje nós estamos vendo que não pode ficar só sofrendo não, procurar a coisa mais barata pra poder ganhar um pouquinho. (P41: Entrevista 12. doc – 41:2).

O dinheiro é depositado no Banco. A gente fica sempre movimentando, vai pagando ração e o que tá sobrando vai deixando lá. (P38: Entrevista 9. doc – 38:12).

Entretanto, dado o processo organizacional produtivo historicamente novo para estes empreendedores, alguns fatores apresentam-se como dificultadores do desenvolvimento e fortalecimento da autogestão, mostrando-se com necessidade de melhorias em alguns aspectos. Um dos mais apontados é a centralização administrativo gerencial.

Quem escolhe é o coordenador. (P34: Entrevista 5. doc – 34:18)

Foi o coordenador mesmo, conversando. (P47: Entrevista 18. doc – 47:19)

Na realidade quem escolheu tudo foi o coordenador em reunião. (P36: Entrevista 7. doc – 36:17).

Este fator tem dificultado o surgimento de novas lideranças neste setor, o que também distancia grande parte dos associados de reflexões de cunho mais estratégico e holístico com foco na sustentabilidade, o que não nega os indícios autogestionários identificados, mas apenas aponta a necessidade de avanços neste sentido.

5.2.2 Democracia direta

Relativo às questões voltadas à tomada de decisão e escolha de pessoas para o desenvolvimento de atividades produtivas, é notório o exercício da democracia direta por parte dos integrantes da Associação, nos moldes da visão de comunidade proposta por Capra (1997). Esta dimensão é exercida com maior ênfase pelo grupo, sendo perceptível sua frequência.

Numa reunião a gente decidiu num sorteio e cada um tirou seu parceiro e graças a Deus meu parceiro é muito bom pra mim. (P41: Entrevista 12. doc – 41:17).

Fizemos uma reuniãozinha lá e perguntou se topava do jeito que nós tava separando, todo mundo combinou e a gente separou. (P58: Entrevista 29. doc – 58:18).

Algumas distorções, porém, são encontradas no exercício da democracia direta vivenciada pelos membros

do grupo, como questões relativas ao direcionamento em processos de tomada de decisão, artifício utilizado sob a justificativa da inexperiência associativa e organizacional do grupo.

Assim, em todos os grupos têm alguns que são trabalhosos, então esses a gente deixa a conversa por último, eu preferi conversar com aquelas pessoas que eu sei que têm consciência que é preciso melhorar, passei a conversar com eles, rapaz vamos fazer assim, porque se o pessoal topar aí a gente aplica essa regra. Aí no dia da reunião decidi, aqueles que não concordar a gente dizia pera aí, é decidido em reunião, como eu já tinha conseguido a maioria antes da reunião, aí quando foi dada a martelada final, aí foi aprovado. (P39: Entrevista 10. doc – 39:19).

Outro indício que advoga negativamente a favor do desempenho da democracia direta no cerne do grupo é o fato da pouca alternância e renovação dos quadros de liderança, fator que, em parte, dá-se sob pretexto de prematuro desenvolvimento destes elementos democráticos, perante considerável número de integrantes do colegiado organizacional que constitui a associação.

5.2.3 Participação efetiva

A participação efetiva é a dimensão que apresenta maior frequência, indicando a força deste elemento na formação e manutenção do tecido social e produtivo do grupo, vista como uma alternativa de produção, da mesma forma como foi proposta por Bobbio (1992) e Zajac e Bruhn (1999). O desenvolvimento produtivo depende fundamentalmente da sinergia desta dimensão, o que vem se dando de maneira significativa.

A gente dividiu em subgrupos pra realizar os trabalhos, a cada 24 horas são dois pra arraoçar e pra dormir, aí tem os dois subgrupos que vai pros outros serviços. Se você vai fazer uma repicagem vai um grupo, no dia seguinte vai o outro. Depende da programação da semana. (P38: Entrevista 9. doc – 38:20).

As tarefas aqui é assim o seguinte ... esse arraoçador o serviço dele é só raçoar, não vai tirar peixe, não vai fazer mais nada. Pra despesca é outra turma, porque tem duas turma. A despesca é com eles, nós não tem nada a ver com isso. Só pra despesca, fazer a repicagem, só pra isso, ração eles não dá. (P31: Entrevista 2. doc – 31:17).

Essa participação efetiva dos integrantes da Associação ocorre em diversos momentos, dentre estes os relativos à comercialização detêm considerável importância, dada a necessidade de conhecimento e fortalecimento deste elo da cadeia produtiva. Além disso, seus resultados impactam diretamente na geração de renda dos integrantes da associação, fazendo real melhoria na soma da renda familiar, assim como apontado por Souza (2003).

Estamos ajudando a família e o que a gente ganha a maioria fica aqui mesmo no comércio aqui de Guassussê. (P41: Entrevista 12. doc – 41:12).

Espero que lá dure por muito tempo, lá é o ganha pão e é bem mais sossegado, você trabalha menos. (P43: Entrevista 14. doc – 43:16).

Hoje eu tô ganhando esse dinheiro daí, antes só ganhava da roça né. (P46: Entrevista 17. doc – 46:12). Rapaz eu acho que intê eu brinco que gosto de jogar na mega sena, aí eu digo que se eu ganhar na mega sena eu não saía do peixe. (P39: Entrevista 10. doc – 39:17).

Contudo, a participação efetiva exercida traz consigo alguns problemas, que dada sua importância, necessitam ser citados. Um dos mais impactantes é a dependência do processo de comercialização por parte da Associação. Mesmo com os integrantes próximos do que ocorre no processo comercial e tendo certa compreensão de seu funcionamento, há carência de uma estratégia mais bem definida e agressiva para fomentar o desenvolvimento comercial, posto que este tem sido um dos maiores pontos de estrangulamento observados pela pesquisa.

Rapaz ultimamente a venda tá meia fraca, seis meses é o tempo de vender, mais as vezes a gente passa até quarenta dias pra frente com esse peixe sem vender, por culpa do mercado. (P42: Entrevista 13. doc – 42:7).

A comercialização é um problema da época, todos anos têm isso daí. A dificuldade mais é isso aí, a concorrência. (P52: Entrevista 23. doc – 52:13).

Outro elemento a ser considerado é a dificuldade de padronização de produto, mesmo com a presença forte da participação efetiva dos integrantes. A participação efetiva existente também não tem encontrado resposta para suprir a carência de beneficiamento de produto, elo da cadeia produtiva que certamente deverá ser fortalecido

O peixe grande que eles fazem na montante, a gente não consegue fazer na mesma quantidade, agora peixe médio, pequeno e outra categoria chamada pp a gente tem, mas o grande eu tô pegando com eles ali. (P56: Entrevista 27. doc – 56:11).

Eles levam pra Jurema fazer o filé porque lá tem uma máquina de processamento, pra cada quilo de filé a gente vende 3,5kg de peixe inatura para a prefeitura, ela manda pra Jurema fazer o filé e a Jurema manda de volta pra prefeitura. (P56: Entrevista 27. doc – 56:12).

5.2.4 Ações de cunho educativo

Esta dimensão, quando identificada na pesquisa, mostrou-se bastante carente de efetividade, o que demonstra a garra do grupo tendo que aprender o manejo produtivo da piscicultura intensiva em gaiolas praticamente sozinho e exercitando a educação pelo trabalho ao testar, aprender e repassar aos integrantes do grupo (MALERBA, 1992; MIZUKAMI, 1986). Poucas foram as instituições que realmente tiveram o interesse e a atitude de apoiar o grupo produtivo, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orós, Instituto Empreender e o SEBRAE.

Acompanhamento técnico aqui pra nós foi pouco. Quem ajudou nós foi o sindicato mermo (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Orós). (P2: Entrevista 1. doc – 2:3).

A gente teve ajuda do SEBRAE, depois que a gente formou o projeto, a colocar os alevinos na água, criar e produzir. (P39: Entrevista 10. doc – 39:4).

A gente foi orientado de um jeito e estamos trabalhando totalmente diferente, porque esse negócio de densidade a gente descobriu no dia a dia, a gente descobriu porque a água do Castanhão é um tipo, a do Rio São Francisco é outra e a do Orós é totalmente diferente. Não dá pra fazer comparação, essa aí a gente descobriu foi no dia a dia. (P45: Entrevista 16. doc – 45:6).

O baixo desempenho desta dimensão teve consequências impactantes para a Associação, não somente na perda de tempo para testar diversas sistemáticas de manejo produtivo, mas fundamentalmente impactos financeiros com o desperdício de diversos quilogramas de peixe, pela mortalidade em grande escala ocorrida, fato que, com o devido acompanhamento técnico e formação continuada, poderia ter sido sanado ou pelo menos mitigado.

Houve uma mortalidade de peixe muito grande, ficamos sem nada, isso foi em 2010. Aí, a gente, saiu umas pessoas, na hora do aperreio mesmo, aqueles que era mais fraco saíram. (P50: Entrevista 21. doc – 50:2).

Teve uma mortalidade aí que chegou quase a zero, a gente ficou sem nada. (P45: Entrevista 16. doc – 45:6).

5.2.5 Cooperação no trabalho

A cooperação no trabalho é uma dimensão bastante representativa em nível de sistematização da pesquisa, desta feita sendo identificado em vários elos da cadeia produtiva desenvolvida pela Associação. Entretanto, o elo relativo ao desenvolvimento da produção é notadamente o que mais indica a presença desta dimensão, assim como destacado por Pinho (1966) e Rios (1989).

Nos processos relativos à divisão social do trabalho, a cooperação se dá de maneira bastante contundente, levando os integrantes do grupo a compreender não somente a sistemática da divisão do trabalho, mas também suas implicações produtivas e comerciais. No que se refere às questões organizacionais, a cooperação também ocorre de maneira recorrente.

Nóis arraça, faz a despesa e faz todo o serviço. (P32: Entrevista 3. doc – 32:15).

Pra dá ração é de nove em nove dias, são dezoito pessoas, aí duas pessoas vem a cada nove dias. E um dia outro não a gente tá aí. Selecionar peixe, tirar gaiola, tirar peixe. (P33: Entrevista 4. doc – 33:16). Tamo conseguindo, em média seis meses a despesa. A média aqui é de 800g o peixe grande. 800g a gente já tá selecionando pra venda. (P33: Entrevista 4. doc – 33:5).

De toda feita algumas dificuldades são percebidas no item relativo à cooperação no trabalho. Uma delas é a compra de ração, que não tem conseguido desempenhar o mesmo nível de cooperação encontrado em diversas outras atividades realizadas pela Associação. Este fato tem acarretado, inclusive, em perdas financeiras significativas para o grupo produtivo. Outro elemento a ser considerado neste item é o nível de endividamento realizado pelo grupo, posto que, para iniciar o processo produtivo, todos os piscicultores adquiriram recursos em instituições financeiras, fato que pressiona o processo organizacional, produtivo e comercial da Associação.

O problema é a ração, a gente tem que trocar de ração direto por causa do preço. (P46: Entrevista 17. doc – 46:6).

A ração subiu muito, então tudo isso fez nossa cadeia entrar numa crise, não tá boa, nem só nós a bacia do açude inteira. (P57: Entrevista 28. doc – 57:6).

Aí no começo do ano a gente conversou, a gente já viu que começou a surgir boato, aí a gente conversou e o pessoal decidiu que não queria o ampliado pra não se individar mais no Banco. Aí só tinha um jeito pra gente não se individar mais, é trabalhar com menos alevino, botar menos gaiola pra puder a gente não tá apertado, aí depois dessa redução véi, aí nós tamos produzindo algo de 10 toneladas mês. (P38: Entrevista 9. doc – 38:14).

5.2.6 Distribuição igualitária dos resultados e benefícios

No tocante à distribuição igualitária dos resultados e benefícios, é notória a divisão equânime tanto do trabalho desenvolvido quanto das benesses adquiridas socialmente (DWORKIN, 2005; GAWLAK, 2007). A divisão financeira segue um ritual em que são separados os recursos de custeio referentes à compra de ração e alevinos, bem como os relativos à parcela a pagar junto à instituição financeira financiadora do processo produtivo. O restante do valor adquirido, por meio do processo comercial, é dividido entre os associados de maneira justa e equilibrada.

Tira o da ração, aí faz o pagamento nosso. Aí nós tamo recebendo, faz aquele total certo pra cada um, aí paga. É igual, do jeito que é um é o outro. (P31: Entrevista 2. doc – 31:7).

A gente paga a conta do Banco né que é por ano. A ração, vai colocando um pouco em caixa e o pagamento... o pagamento é igual pra todo mundo. (P33: Entrevista 4. doc – 33:7).

No tocante ao consumo de peixes, internamente pelo grupo, também é passível de observação a distribuição igualitária dos resultados e benefícios, posto que, para a alimentação durante o exercício das atividades referentes ao manejo produtivo, todos podem se alimentar normalmente sem efetivação de pagamentos, entretanto, ao levar peixe para consumo junto a suas famílias, o mesmo é devidamente pago por quaisquer dos associados.

Come. Come também. Se você traz pra casa paga, mas pra comer lá se você vai trabalhar lá aí a gente tira aquele peixe pro pessoal almoçar. (P38: Entrevista 9. doc – 38:17).

Assim, todo mundo come, mas todo mundo compra. (P50: Entrevista 21. doc – 50:15).

No que diz respeito à distribuição igualitária, há também de se observar que, em caso de faltas, os critérios também seguem princípios equânimes, posto que os valores pagos por falta são indistintamente aplicados.

Se faltar um, leva uma falta de R\$ 15,00, que pra não correr o risco de deixar o serviço por fazer. (P43: Entrevista 14. doc – 43:19).

5.3 Análise da Relação entre Dimensões

O mapeamento das dimensões que caracterizam um empreendimento de economia solidária no decorrer da pesquisa apresentou, de maneira resumida, as seguintes características apresentadas no Quadro 1, que segue, apontando também uma classificação da presença de cada uma das dimensões na Associação estudada, feita a partir da análise da frequência dessas dimensões na fala dos entrevistados.

Após o processo de sistematização dos dados coletados, pode-se observar a relação existente entre as dimensões que caracterizam um empreendimento de economia solidária, conforme afirma Oliveira (2004), apresentadas na Figura 1, a seguir.

Pode-se observar que a dimensão autogestão é favorecida pela dimensão exercício da democracia direta nas ações relativas à tomada de decisão, da escolha de pessoas para o desenvolvimento de atividades produtivas, bem como questões eletivas de quadros integrantes da diretoria da Associação. A dimensão autogestão também é favorecida pela dimensão participação efetiva, posto que esta se encontra diretamente ligada às questões que impactam na geração de renda dos integrantes da Associação, bem como de comercialização, atitudes que fomentam e fortalecem o desenvolvimento da autogestão.

QUADRO 1 – Características e classificação das dimensões de economia solidária na Associação

Autogestão (Média)	<ul style="list-style-type: none"> - Legalização institucional da associação - Funcionamento organizacional - Reuniões periódicas - Tomadas coletivas de decisão - Gestão financeira da associação
Democracia Direta (Média)	<ul style="list-style-type: none"> - Escolha dos dirigentes - Eleição de quadros da diretoria - Divisão social do trabalho - Tomadas coletivas de decisão
Participação Efetiva (Alta)	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas - Sinergia no desenvolvimento produtivo - Ações coletivas de comercialização - Divisão equitativa dos resultados financeiros
Ações de Cunho Educativo (Baixa)	<ul style="list-style-type: none"> - Aprender fazendo - Educação pelo trabalho - Formação e capacitação a partir de outras instituições formais - Cooperação técnica de entidades afins
Cooperação no Trabalho (Alta)	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão social do trabalho - Reuniões periódicas - Sinergia no desenvolvimento produtivo - Ações coletivas de comercialização
Distribuição Igualitária dos Resultados e Benefícios (Alta)	<ul style="list-style-type: none"> - Divisão equitativa dos resultados financeiros - Pagamento coletivo de empréstimo bancário - Consumo coletivo da produção - Sanções relativas às faltas

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

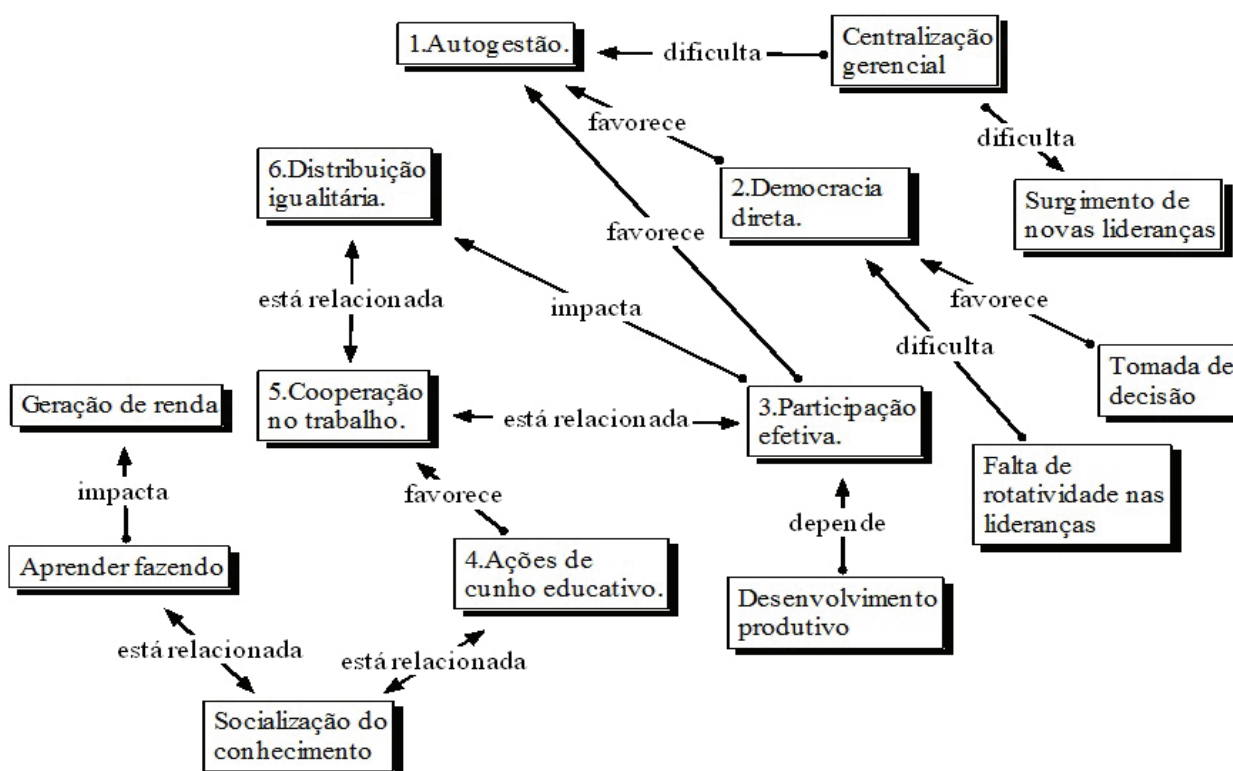


FIGURA 1 – Relações entre dimensões e outros elementos relativos ao empreendedorismo solidário

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa

Já esta dimensão participação efetiva, por motivos afins, impacta diretamente na dimensão distribuição igualitária, dada a sua interrelação, principalmente, no que se refere às questões de comercialização e renda. A dimensão participação efetiva ainda está relacionada com a dimensão cooperação no trabalho, na medida em que esta última exercita processos que dizem respeito à divisão social e cooperação no trabalho em seus processos produtivos e comerciais. De maneira semelhante, a dimensão cooperação no trabalho é favorecida pela dimensão ações de cunho educativo, principalmente no que diz respeito ao processo de aprender fazendo, possibilitando o melhor funcionamento de questões produtivas, comerciais e financeiras.

Os dados da pesquisa, também, apontam ainda outros aspectos que vão além da percepção das seis dimensões de Oliveira (2004). Pode-se observar que a dimensão autogestão é dificultada pela centralização gerencial, desenvolvida pela Associação. Esta centralização

também dificulta o surgimento de novas lideranças, o que dentre outras questões não possibilita a proximidade necessária de todos os integrantes do grupo junto às reflexões de cunho mais estratégicas e holísticas pautadas na sustentabilidade organizacional e sanidade financeira do empreendimento.

Outro ponto observado diz respeito à democracia direta posto que, de acordo com o resultado da pesquisa, esta favorece a autogestão, em ações como as que versam sobre a escolha de pessoas para atividades produtivas e eleição de quadro. Da mesma maneira, a autogestão é notoriamente favorecida por atitudes voltadas à tomada de decisão, tão quanto é desfavorecida pela falta de rotatividade nas lideranças.

A participação efetiva, apontada em ações de cunho comercial e geração de renda, também favorece a autogestão, bem como impacta na distribuição igualitária, principalmente no que tange à separação dos recursos de custeio à compra de insumos e nas ações relativas a questões financeiras.

A distribuição igualitária também relaciona-se de maneira dependente com o desenvolvimento produtivo, visto que o resultado deste é responsável pelo bom desempenho daquele. O desenvolvimento produtivo, por sua vez, se relacionada fortemente com a cooperação no trabalho, dado que sem o bom desempenho deste, no decorrer das atividades, aquele não detém os resultados estimados, podendo se tornar até, em última instância, inviável.

Ainda no que diz respeito à distribuição igualitária, ressalta-se que esta se encontra também relacionada com a cooperação no trabalho, pelos mesmos motivos supracitados. Já, a cooperação no trabalho é visivelmente favorecida por ações de cunho educativo, visto que esta traz consigo efeitos por demais benéficos para a cooperação dos membros, na medida em que melhora o *modus operandi* das suas atividades.

Vale salientar que as ações de cunho educativo se encontram relacionadas com a socialização do conhecimento, e esta, da mesma maneira, apresenta-se relacionada com o aprender fazendo, uma eficiente forma de ação educativa primária desenvolvida pelo empreendimento em questão, impactando fundamentalmente na geração de renda na medida em que possibilita melhorias tecnológicas tanto de cunho produtivo quanto gerenciais, comerciais e financeiros.

6 CONCLUSÕES

Tendo como objetivo principal analisar a dinâmica das dimensões características de um empreendimento de economia solidária em um sistema de agricultura familiar, a premente pesquisa necessitou: caracterizar a Associação de Aquicultores e Pescadores Artesanais do Distrito de Guassussê em termos de composição, organização e atividades; investigar as práticas e processos organizacionais da Associação; e mapear, a partir das práticas e processos organizacionais identificados na Associação, as dimensões características de um empreendimento de economia solidária.

Neste sentido, o mapeamento das dimensões que caracterizam um empreendimento de economia solidária se apresentou da seguinte maneira:

a) Autogestão – identificada fundamentalmente em ações de criação da Associação, funcionamento organizacional, presença de reuniões periódicas e tomadas decisão coletivas.

b) Democracia direta – observada em ações voltadas à tomada de decisão e escolha de pessoas para o desenvolvimento de atividades produtivas, bem como

nas questões eletivas de quadros integrantes da diretoria da Associação.

c) Participação efetiva – ocorre em diversos momentos, dentre estes os relativos à comercialização, impactando diretamente na geração de renda dos integrantes da Associação.

d) Ações de cunho educativo – encontra-se aqui a dimensão menos substancial encontrada ao sistematizar os dados. O desempenho desta dimensão tem consequências impactantes para a Associação, não somente na perda de tempo para testar diversas sistemáticas de manejo produtivo, mas fundamentalmente financeiras.

e) Cooperação no trabalho – especificado em processos relativos a divisão social trabalho. A cooperação no trabalho se dá de maneira bastante contundente, levando os integrantes do grupo a compreender não somente a sistemática da divisão do trabalho, mas também suas implicações produtivas e comerciais.

f) Distribuição igualitária dos resultados e benefícios – ocorre quando da separação dos recursos de custeio referentes à compra de ração e alevinos, bem como os relativos à parcela a pagar junto à instituição financeira financiadora do processo produtivo.

Sendo assim, o aspecto desafiante é fazer tudo isto em um ritmo compatível com o processo de transformação que ocorre no Brasil e no mundo caracterizado por um mercado globalizado, aberto e competitivo. A melhoria organizacional e econômica, bem como a autoestima destes produtores, tem sido fato notório, perceptível por toda a comunidade de Orós. Eles têm investido cada vez mais seu tempo e seus recursos na busca de sucesso por meio do fomento desta ideia.

Com o advento da legalização, os empreendedores conseguiram acessar mercados tais como Programa Aquisição de Alimentos (PAA), uma das ações do Programa Fome Zero, que promove o acesso a alimentos para populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, também contribuindo para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos. Outro programa atingido por eles foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programa de assistência financeira suplementar com vistas a garantir no mínimo uma refeição diária aos alunos beneficiários, tendo como gestor financeiro principal as prefeituras municipais, no caso em questão a de Orós.

O empreendimento associativo/produtivo da Associação de Aquicultores e Piscicultores Artesanais de Guassussê se apresenta, assim, como uma empreitada inovadora que, entretanto, deve ser observada sob a égide da sustentabilidade com a necessidade constante de assessoria técnica, gerencial e produtiva, de processos de capacitação e formação continuada, de melhoria de infraestrutura para aproveitamento e beneficiamento de produtos, de apoio às questões comerciais e de marketing, bem como do acesso a linhas de crédito mais baratas e quiçá subsidiadas. Assim, reconhece-se que a Associação em questão se configura como um empreendimento digno de reconhecimento, tendo encontrado soluções objetivas e criativas para problemas que assolam a região nordeste do Brasil, de maneira autogestionária, autônoma e pioneira.

7 REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Ed.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 21-26.
- ALMOND, A.; VERBA, S. **La cultura política**. Barcelona: Ariel, 1992. (Diez Textos Básicos de Ciência Política).
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO. **Autogestão e economia solidária**: uma nova metodologia. São Paulo: Altamira, 2005.
- ARROW, K. J. The economic implications of learning by doing. **Review of Economic Studies**, Stockholm, v. 29, p. 155-173, 1962.
- BANDEIRA, P. Participação, articulação de atores sociais desenvolvimento regional. In: BECKER, D.; BANDEIRA, P. (Org.). **Desenvolvimento local-regional**: determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNICS, 2000. p. 121-143.
- BARBOSA, G. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 6-11, jan./jun. 2008.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.
- BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Ed. Porto, 1994.
- BOISER, S. Desarrollo (local): de que estamos hablando? In: BECKER, D.; BANDEIRA, P. (Org.). **Desenvolvimento local-regional**: determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNICS, 2000. p. 27-42.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**: território Centro Sul Vale do Salgado. Fortaleza: Instituto Agropólos do Ceará, 2011.
- BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Relatório Brundtland.
- CROSSAN, M.; LANE, H. W.; WHITE, R. E. An organisational learning framework: from intuition to institution. **Academy of Management Review**, New York, v. 24, n. 3, p. 522-537, 1999.
- CUNHA, S.; CUNHA, J. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 101-123, 2005. Número especial.
- DOWBOR, L.; IANNI, O.; EDGAR, P. **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DUVAL, G. Saludy Ambiente en el proceso de desarrollo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-32, 1998.
- DWORKIN, R. **A virtude soberana**: a teoria e prática da igualdade. São Paulo: M. Fontes, 2005.

- FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- FOLADORI, G. **Por una sustentabilidad alternativa**. Montevideu: Casa Bertold Brecht UTA, 2005.
- GALVÃO, A.; COCCO, G. Desenvolvimento local e espaço público: questões para a realidade brasileira. **Revista RECITEC**, Vitória, v. 3, n. 1, p. 145-158, 1999.
- GAWLAK, A. **Cooperativismo**: primeiras lições. 3. ed. Brasília: SESCOOP, 2007.
- GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- KLIKSBERG, B. Repensando el Estado para el desarrollo social: más allá de convencionalismos. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, Caracas, v. 8, n. 2, p. 8-25, 1997.
- KLIKSBERG, B. Seis teses não convencionais sobre participação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 7-37, 1999.
- KUSTER, A.; MARTÍ, J.; FICKERT, U. **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no norte e nordeste do Brasil**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
- LIMA, M. **Projeto de economia solidária no BNB**: subsídios para avaliar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). 19. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
- LLORENS, F. **Desenvolvimento econômico local**: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.
- MAGALHÃES, A.; REBOUÇAS, O. Drought as a policy and planning issue in Northeast Brazil. In: _____. **The impact of climatic variations on agriculture**: assesments in semi-arid regions. Dordrecht: Reidel, 1987. v. 2, p. 13-28.
- MALERBA, F. Learning by firms and incremental technical change. **The Economic Journal**, Fife, v. 102, p. 45-59, 1992.
- MANCE, E. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MCLAGAN, P. A. **A nova era da participação**: o desafio de emocionar e envolver pessoas. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MILANI, C. **Teoria do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas: Bahia, Brasil. Bahia: UFBA, 2005.
- MINAYO, M. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
- MONTAGU, A. **O que é o homem**. Barcelona: Paidós, 1993.
- MOTTA, F. P. **Burocracia e autogestão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- OLIVEIRA, A. A. Significado e interferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 323-370.
- PATTON, M. **Qualitative research and evaluation methods**. 3rd ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.
- PINHO, D. B. **Que é cooperativismo?** São Paulo: DESA, 1966. 154 p.
- RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 69 p.
- ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.
- SILVA, A. **A vivência de conflitos entre a prática gerencial e as relações em família**. 2005. 272 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SOUZA, A. R. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Ed.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 7-10.

SOUZA, N. de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VÁZQUEZ-BARQUEIRO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS; Fundação de Economia e Estatística, 2002.

VEIGA, J. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VENOSA, R. A evolução da participação nas organizações autogeridas. In: VENOSA, R. (Ed.). **Participação e participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, 1987. p. 37-62.

WILLERS, E.; LIMA, J.; STADUTO, J. Desenvolvimento local, empreendedorismo e capital social: o caso de Terra Roxa no estado do Paraná. **Interações**, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 45-54, 2008.

ZAJAC, G.; BRUHN, J. G. The moral context of participation in planned organizational change and learning. **Administration and Society**, Blacksburg, v. 30, n. 6, p. 707-733, Jan. 1999.